

**BIBLIOTECAS PRISIONAIS E SUAS PRÁTICAS:
em discussão as informações disponibilizadas pelo Sistema Prisional Federal**

***PRISON LIBRARIES AND THEIR PRACTICES:
under discussion the information made available by the Federal Prison System***

 Adriana Isidório da Silva Zamite¹

 Maira Cristina Grigoletto²

 Lucileide Andrade de Lima do Nascimento³

¹ Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES).

E-mail: adrianaisidoriosilva@gmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES).

E-mail: magrigo@hotmail.com

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo.

E-mail: lucileidelima@gmail.com



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 

Conflito de interesses: As autoras declaram que não há conflito de interesses.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Declaração de Disponibilidade dos dados: Todos os dados relevantes estão disponíveis neste artigo.

Recebido em: 18 maio 2023.

Aceito em: 8 jun. 2023.

Publicado em: 31 jul. 2023.

Como citar este artigo:

ZAMITE, Adriana Isidório da Silva; GRIGOLETO, Maira Cristina; NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do. Bibliotecas prisionais e suas práticas: em discussão as informações disponibilizadas pelo Sistema Prisional Federal. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 8, n. esp., p. 101-120, jul. 2023. DOI: 10.36517/2525-3468.ip.v8iesp.2023.89200.101-120.

RESUMO

Discute a opacidade das informações divulgadas pelo Sistema Prisional Federal sobre as atividades desenvolvidas nas bibliotecas prisionais, enquanto dispositivo (trans) formador. Apresenta as bibliotecas prisionais em suas potencialidades de integração, cultura e produção de conhecimento, abordagens crescentes em pesquisas brasileiras no campo da Ciência da Informação. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa, com procedimentos da pesquisas bibliográfica e documental realizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e em sites do Departamento Penitenciário Nacional e do Ministério da Justiça com objetivo de demonstrar a importância das ações de mediação desenvolvidas em bibliotecas prisionais e como os canais oficiais do sistema prisional divulgam



as informações sobre a realidade das atividades educativas. Como resultado constata que os documentos produzidos e divulgados pelo Sistema Prisional Federal são imprecisos na representação de atividades socioeducativas e culturais, principalmente, na indicação do envolvimento das bibliotecas em planejamento, parcerias ou execução. Estima, com a análise realizada, a promoção de debates direcionados à opacidade ou ausência de dados relativos às atividades educativas de leitura nas bibliotecas prisionais e da urgência na observância das responsabilidades profissionais e éticas para a execução de procedimentos em benefício dos reeducandos.

Palavras-chave: biblioteca prisional; sistema prisional; mediação da informação.

ABSTRACT

Discusses the opacity of the information made available by the Sistema Penitenciário Federal about the activities carried out in prison libraries, as a device of (trans)formation. It presents the prison libraries in their potential for integration, culture and knowledge production, approaches that are growing in Brazilian research in the field of Information Science. This is an exploratory-

descriptive study, with a qualitative approach, with procedures from bibliographic and documental research carried out in the Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior and in websites of the Departamento Penitenciário Nacional and the Ministério da Justiça, in order to demonstrate the importance of mediation actions developed in prison libraries and how the official channels of the prison system disclose information about the reality of educational activities. As a result, we found that the documents produced and disseminated by the Sistema Penitenciário Federal are imprecise in the representation of socio-educational and cultural activities, especially in the indication of the involvement of libraries in the planning, partnerships or execution. It is estimated, with the analysis performed, the promotion of debates focused on the opacity or absence of data related to the reading educational activities in prison libraries and the urgency in the observance of professional and ethical responsibilities for the execution of procedures in benefit of inmates.

Keywords: prison libraries; federal prison system; mediation of information.

1 INTRODUÇÃO

No sistema prisional brasileiro, em seus complexos penitenciários e unidades prisionais são operacionalizadas diferentes ações para o atendimento da atividade-fim, que é a aplicação da Lei de Execução Penal (LEP). O sucesso das atividades-meio, em grande medida, pode ser alcançado contando com aporte de informações produzidas nesse ambiente, que garantem o conhecimento, acompanhamento e avaliação constantes para auxiliar no planejamento e na gestão desse sistema e de suas unidades.

As instituições públicas e privadas requerem informações relevantes para apoio nos processos de decisão e, para que adquiram papel estratégico, devem ser coletadas, interpretadas, comunicadas e avaliadas, gerando novos conhecimentos que podem repercutir em mudanças internas e externas ao ambiente organizacional (MORENO, 2006).

O Plano e o Mapa estratégico do Sistema Penitenciário Federal (SPF) para o período 2019-2023, contém diretrizes para a atuação integrada desse Sistema orientado ao combate do crime organizado, no intuito de atingir os objetivos e os resultados estratégicos definidos para esse recorte temporal (BRASIL, 2019). O diagnóstico utilizado para a sua elaboração, documento com informações relevantes para a tomada de decisão, foi classificado como sigiloso. Do mesmo modo que as informações relacionadas às Diretrizes, Metas e Ações.

A missão, os valores e os objetivos do Plano Estratégico do Sistema Penitenciário Federal (PET/SPF 2019-2023) podem ser, em linhas gerais, sistematizados em: valorização do servidor; melhoria na infraestrutura e tecnologia de inteligência para a aplicação de um regime de execução penal rigoroso, de referência internacional, que possa ser meio para expansão da credibilidade institucional; e interesse em manter o sistema livre da corrupção (BRASIL, 2019). O reeducando é tratado em apenas 1 (um) dos 10 (dez) objetivos estratégicos, mas no sentido de impedimento de comunicação criminosa com visitantes e não em vistas à socialização ou ao aprimoramento de meios para a remição de pena.

Pelo viés punitivo explicitado no PET/SPF 2019-2023, identificamos a falta de menção a uma importante ferramenta de gestão no estabelecimento prisional, a biblioteca, que proporciona aos reeducandos um ambiente de leitura, lazer e trabalho. Este espaço é ainda um privilégio de poucos, pois um número reduzido de internos pode ter acesso a ele. Além disso, algumas unidades prisionais no país não possuem bibliotecas ou salas de leitura visto que, não é uma obrigatoriedade, conforme a Lei de Execução Penal (LEP), o estabelecimento prisional deve dotar-se de uma biblioteca dependendo da condição local (BRASIL, 1984).

A implantação da biblioteca nas unidades prisionais pode beneficiar os internos ao disponibilizar informação e proporcionar um ambiente no qual o reeducando pode remir sua pena. A instituição também se beneficia do espaço quando amplia a oferta desse serviço, pois, conforme Sánchez *et al.* (2020), a restrição de atividades dentro e fora das penitenciárias são condições favoráveis à tensões, refletindo no aumento da ansiedade dos internos. Observando-se a potencialidade da biblioteca na estrutura organizacional dos estabelecimentos prisionais pode-se dizer que, ocupa ou deveria ocupar lugar fundamental por exercer funções socioeducativas e recreativas para os reeducandos.

Contudo, são marginalizadas na maioria das unidades prisionais, algumas são subutilizadas e outras desativadas.

A observação e acompanhamento sistemático da realidade prisional, seja por meio da realização de atividade formativa, investigação *in loco* ou pesquisa sobre o tema, permite identificar que, em muitas localidades, não são realizados registros das atividades socioeducativas e culturais desenvolvidas pelas bibliotecas ou com seu apoio. Quando esses registros são realizados as problemáticas relacionadas ao tratamento de dados e da informação dificultam a preservação, recuperação e uso eficaz. Como consequência, relatórios locais e nacionais, publicados para transparência da gestão do sistema prisional, acabam por não divulgar informações precisas sobre a condição e a atuação das bibliotecas em diversas atividades nas unidades prisionais.

A análise prévia do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), na seção de Atividades educacionais, endossou a constatação relatada e ampliou incertezas quanto à validação dessa fonte de informação como representativa da realidade que indica (BRASIL, 2021). Enfim, o que esse documento informa sobre a realidade das atividades educacionais desenvolvidas no sistema prisional? É representativo quanto a estrutura e funcionamento dos espaços institucionais que planejam e executam ações dessa natureza? Nesse sentido, questiona-se a escassez e falta de dados relativos às atividades educacionais realizadas por intermédio da leitura e/ou com o uso/suporte da biblioteca no relatório do Depen.

Diante desse quadro situacional relatado busca-se, neste artigo, discutir as informações produzidas e divulgadas pelo Sistema Prisional Federal para evidenciar a opacidade das informações relacionadas às práticas educacionais para integração de pessoas privadas de liberdade e para a remição de pena (pela leitura e pelo labor), incluindo ações das bibliotecas prisionais. Neste esforço analítico espera-se: demonstrar a importância das ações de mediação desenvolvidas em bibliotecas prisionais para o atendimento de reeducandos e discutir como os canais oficiais do sistema prisional divulgam as informações sobre a realidade das atividades educativas.

Em relação aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa configura-se como um estudo exploratório-descritivo de abordagem qualitativa utilizando em sua operacionalização as pesquisas bibliográfica e documental.

O recorte bibliográfico trabalhado neste artigo foi inicialmente submetido, avaliado, aprovado e apresentado no XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação

em Ciência da Informação. Esta versão foi revisada com alterações de objetivos, de conteúdo, de títulos das seções e inclusão de novas fontes. A pesquisa bibliográfica foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no campo da Ciência da Informação. No âmbito da pesquisa documental, para obter-se dados sobre o sistema prisional, utilizou-se *sites* do então Depen, atual Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), e do Ministério da Justiça. Após a seleção dos documentos, foi elaborado planejamento para a leitura, produção do conteúdo e análise dos resultados. Para esclarecimento, a SENAPPEN pelo Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, artigo 21, assumiu as competências do Depen, estabelecidas nos art. 71 e art. 72 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal (BRASIL, 2023).

A estrutura do trabalho foi organizada para, em um primeiro momento, com as contribuições de Latour (2006), abordar o valor e o poder da biblioteca em processos de construção de conhecimento. A função e relevância da biblioteca prisional foi evidenciada nos estudos científicos de Monteiro (2019), Correia (2019), Fernandes (2019) e Costa (2020). Para conduzir essa explanação, aproximou-se das elaborações teórico-conceituais sobre mediação propostas por Almeida Júnior (2009), Santos Neto e Almeida Júnior (2017) e Gomes (2016; 2020). Em continuidade, foram apresentados e analisados os dados e resultados em interseção com literatura apresentada.

2 BIBLIOTECA PRISIONAL: DISPOSITIVO (TRANS)FORMADOR PARA INTEGRAÇÃO

A biblioteca é uma considerável instituição onde se fabrica não só o corpo, mas a alma do conhecimento, e esses lugares são muitas vezes ignorados ou pouco frequentados (LATOUR, 2006). Na concepção de Latour (2006), a biblioteca não pode ser considerada uma fortaleza isolada ou um acumulado de conhecimento, mas sim, um caminho que leva ao mundo, um lugar norteador da informação, um centro de cálculo. Um centro de cálculo pode ser compreendido como um conjunto de redes que associa cada inscrição ao mundo, uma produção de conhecimento que transforma as inscrições, tornando-as mensuráveis por meio de gravuras, desenhos, relatos, entre outros (LATOUR, 2006).

Neste sentido, a biblioteca é vista “[...] como o nó de uma vasta rede onde circulam não-signos, não matérias, e sim matérias tornando-se signos [...]” (LATOUR, 2006, p. 21). Torna-se um espaço benéfico e singular quando a informação acumulada circula entre os

leitores que a frequenta. Neste cenário, Latour (2006) define essa informação não como um signo, mas sim uma relação estabelecida entre lugares, um periférico e outro como centro, na qual circulam e transitam o conhecimento, proporcionando ao leitor uma reflexão sobre o mundo do saber e das inscrições que o sustentam. Em seu entendimento, o controle intelectual não se exerce diretamente sobre os fenômenos, mas sim, sobre as inscrições que lhe servem de veículos (LATOURE, 2006).

A biblioteca obtém um poder ou valor fundamental em processos sociais de aquisição de informação, afastando-se da premissa que a distingue como um lugar estático ou uma fortaleza intocável, ao contribuir expressamente para a disseminação da informação. Para Latour (2006), é impossível compreender este processo sem a relação da biblioteca com os livros e os materiais que permitem a circulação e transporte dessas inscrições. Dessa forma, entende-se a mesma como uma instituição que não pode ser dispensada, por estar ligada ao leitor e ao mundo que o cerca (LATOURE, 2006). Ultrapassa, portanto, o olhar do leitor, numa tentativa de conciliar um desejo ou uma necessidade de escolher a própria leitura ou o caminho a saber sobre o mundo (JACOB, 2006). As bibliotecas, sob esse prisma, não se limitam ao mundo dos conceitos ou palavras, mas significam claramente, dispositivos de poder. Essa potencialidade pode 'vir a ser' um fator crítico pelo qual as bibliotecas, em alguns casos, são negligenciadas ou limitadas em seus usos.

Este parece ser o caso da biblioteca, enquanto instituição, no sistema prisional. Muitos estabelecimentos prisionais não possuem bibliotecas ou as que existem são pouco exploradas a partir do seu potencial (trans)formador. Para Monteiro (2019), a biblioteca prisional assume um importante papel ao oferecer aos reeducandos lazer, entretenimento, letramento e cidadania. O autor acompanhou alguns casos de pessoas que se transformaram por meio da leitura no ambiente prisional. Os estudos sobre o tema têm demonstrado que o livro e a biblioteca são dispositivos que podem transformar vidas, visto que a boa leitura proporciona um afago para o leitor, principalmente em ambientes com privação de liberdade. Esses momentos possibilitam ao reeducando construir familiaridade com os livros e com a biblioteca, pois muitos quando adentraram o sistema não tinham contato com essa dimensão transformadora do livro e da leitura.

Ao (re)conhecer essa realidade, enfatiza-se a necessidade de um profissional qualificado para atender e promover atividades objetivadas à transformação e ao aprendizado do reeducando. Essa mediação proporciona ao leitor, privado de liberdade,

um momento construtivo e de conhecimento. Conforme Monteiro (2019), a prisão é um local com grande demanda informacional e, por isso, necessita da atuação de um/a bibliotecário/a como mediador/a. A prática de mediação intensifica um processo instituído de comunicação (entre biblioteca e reeducando) capaz de (re) construir saberes e conhecimentos.

A mediação representa, a partir da dialogia como sua base de sustentação e na ambiência das ações da biblioteca, um processo essencial de desenvolvimento humano no contexto prisional. Segundo Gomes (2016, p. 99) a partir da mediação, emerge uma dialogia instauradora de um ambiente de interação (a biblioteca) mobilizador de “[...] transformações e de ressignificações das informações no acesso e geração de novos saberes e conhecimentos”. Processos mediadores dialógicos significam uma potência para desvelamento do mundo: seja de autoconhecimento, de conhecimento do outro e do próprio mundo.

Práticas de mediação entre biblioteca e reeducandos podem ser compreendidas como “[...] uma potência libertadora e de resgate do poder de se dar sentido a si e ao mundo”, mesmo diante da privação de liberdade do próprio corpo (GOMES, 2016, p. 100). O bibliotecário mediador coloca-se, durante as atividades que desenvolve, como um sujeito implicado e responsável (protagonista) pela formação, cuja ação (entre o sujeito que necessita de informação e a informação pertinente) o obriga a uma tomada de posição sobre o papel social e transformador do seu fazer (GOMES, 2016).

É oportuno pontuar que o conceito de mediação é aplicado, nesse momento, para indicar que as atividades mediadoras realizadas nas bibliotecas prisionais representam uma ação de interferência (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; GOMES, 2016) e deveriam, ao menos em tese, considerar as dimensões dialógica, estética, formativa, política e ética da mediação envolvida com o cuidado e o acolhimento. Essa proposição dialoga com os entendimentos de mediação desenvolvidos por Almeida Júnior (2009), Santos Neto e Almeida Junior (2017) e por Gomes (2016; 2020). A noção de mediação implícita elaborada por Almeida Júnior (2009) representa ações de seleção, armazenamento e processamento de informações realizadas em espaços sem que haja, necessariamente, a presença do reeducando. Estas foram delimitadas por Santos Neto e Almeida Júnior (2017) como ações orientadas aos processos de formação e desenvolvimento de coleções, processamento técnico, conservação/restauração e biblioteca digital.

Podemos dizer que essas ações, sob a ótica de Latour (2006), são os agenciamentos sociais e tecnológicos focalizados na aplicação de dispositivos e artefatos de mediação para dar suporte às interfaces e interações promovidas durante o processo de mediação. Os meios, artefatos ou suportes de informação são considerados como relevantes no processo de produção de sentidos. Durante a mediação, operam como vetores, de sensibilidade e de sociabilidades, que interferem nessa produção de sentidos resultando na apropriação de informação pelos sujeitos envolvidos (GOMES, 2016).

Durante a mediação explícita, as práticas acontecem pelo inter-relacionamento para compartilhamento de experiências, saberes e conhecimentos com o usuário, de forma presencial ou virtual (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). Para o autor, é relevante considerar nesse tipo de mediação dois momentos processuais, por ele caracterizados como explícitos-explícitos (controláveis) ou explícitos-implícitos (incontroláveis). Os entendimentos da mediação implícita e os momentos processuais da mediação explícita são adequados ao sistema prisional que opera com o controle em sua essência, principalmente por demonstrar as responsabilidades que a mediação tem de interferir e não intervir, uma vez que a interferência busca, pela alteridade e dialogia, uma “[...] condição de ação que se realiza com o outro e não para ou sobre o outro” (GOMES, 2020, p. 11). Nas palavras de Almeida Júnior (2009, p. 93),

A mediação explícita-explícita e a mediação explícita-implícita – por falta, ainda, de denominações melhores – impediriam controle do sujeito mediador, criando condições para que a interferência [...] possa se tornar, mesmo que contrariando intenções, em manipulação.

Portanto, ao discutir-se práticas mediadoras de informação observa-se as bibliotecas antes como dispositivos e não como equipamentos porque são capazes de potencializar esse processo de mediação que pressupõe o uso de técnicas, instrumentos, suportes, recursos, agentes e processos considerados como dispositivos geradores de sentidos (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007). Em acompanhamento a essa abordagem teórico-conceitual foram recuperadas práticas, materializadas em pesquisas científicas no Brasil, a respeito da presença das bibliotecas no cuidado aos reeducandos. Essa etapa auxiliará no processo de comprovação, (re) conhecimento e visibilidade da existência e funcionamento de bibliotecas em unidades prisionais em oposição a sua ausência em relatórios estatais.

2.1 As práticas das bibliotecas prisionais: visibilidade em pesquisas da Ciência da Informação

A primeira tese desenvolvida sobre a biblioteca prisional no Brasil apresenta uma investigação de práticas informacionais relacionadas à mediação e à apropriação dos dispositivos informacionais por jovens antes e após entrarem no Centro de Detenção Provisória de Serra Azul, localizado no Estado de São Paulo (MONTEIRO, 2019). A pesquisa contou com a participação de 14 reclusos primários do Centro de Detenção, com idade entre 18 e 20 anos, que entraram na unidade nos anos de 2017 e 2018 (MONTEIRO, 2019).

Na visão de Monteiro (2019), a problemática estudada perpassa a relação do jovem recluso com as tecnologias e dispositivos informacionais. Busca também compreender o posicionamento político e cidadão desse jovem recluso e o seu lugar na dita 'sociedade da informação'. Outros aspectos tratados pelo autor convidam à reflexão acerca da carência de estudos sobre a temática biblioteca prisional e a necessidade de um bibliotecário nas unidades prisionais. Discorre ainda a respeito do papel transformador da biblioteca prisional, ao assumir uma função educadora, de entretenimento e lazer para os reeducandos. Para Monteiro (2019), este espaço é um instrumento de letramento e cidadania, proporcionando aos reclusos uma transformação de vida ainda dentro do ambiente prisional. A biblioteca é um dos principais dispositivos informacionais das unidades prisionais e um meio do recluso ter acesso à informação e ao conhecimento.

Em 2019 foi produzida dissertação de mestrado profissional que discute o valor da biblioteca prisional, investiga as bibliotecas prisionais nas penitenciárias de Santa Catarina e sua função no processo de reintegração social do reeducando (CORREIA, 2019). No decorrer da sua pesquisa, Correia (2019) identificou poucas publicações sobre essa temática na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. Questionou ~~em sua pesquisa~~ o papel social da biblioteca prisional, a eficácia do cárcere e a situação do sistema prisional brasileiro, além de atualizar a situação das bibliotecas prisionais no Estado de Santa Catarina e a atuação do bibliotecário nestes ambientes (CORREIA, 2019). O objetivo do estudo foi descrever a relevância da biblioteca prisional para a sociedade e a presença do bibliotecário nas penitenciárias de Santa Catarina.

Para isso, foram enviados questionários às onze (11) penitenciárias do Estado, mas somente seis (6) unidades participaram deste estudo, neste contexto, observou-se que

todos os estabelecimentos tinham bibliotecas, mas sem bibliotecários (CORREIA, 2019). Esses dados demonstraram a ausência do cargo de bibliotecário nas unidades prisionais e a falta que este profissional faz no desenvolvimento de atividades nestes espaços de privação de liberdade. No decorrer da pesquisa, a autora relata alguns fatores críticos sobre a situação dos estabelecimentos prisionais no Brasil como: a superlotação; o encarceramento em massa de jovens negros, sem formação escolar; e o racismo institucional. Ao finalizar a pesquisa, Correia (2019) destaca a dimensão da biblioteca prisional como espaço de estudo e de informação, uma vez que as práticas de leitura são relevantes para o desenvolvimento crítico dos reeducandos e estabelecimento do exercício sistemático de cidadania por meio da educação e do dispositivo biblioteca.

O Presídio Feminino de Sergipe (PREFEM-SE), foi abordado por Fernandes (2019) no mestrado profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento, que teve como objetivo o desenvolvimento de um modelo de dinâmica cultural como incentivo à leitura para internas. A autora explica que o público feminino foi escolhido na perspectiva de aceitação da mulher no contexto social, cultural e ético para, assim, estimular o autoconhecimento e o empoderamento por intermédio da leitura e de dispositivos informacionais. Importante enfatizar a oportunidade que o desenvolvimento desse trabalho proporcionou para incentivar as internas a utilizarem a biblioteca dentro do presídio. Por isso na sua problematização, Fernandes (2019) aponta para as possibilidades de mediação cultural através de filmes para estimular a leitura das internas na biblioteca do PREFEM.

De acordo com Fernandes (2019) foi realizada uma ação com as internas leitoras e não leitoras, segmentadas em três (3) grupos com dez (10) mulheres cada. A metodologia consistiu em: a) apresentação de textos e filmes relacionados à violência doméstica, feminismo, maternidade na prisão, entre outras temáticas; rodas de conversas, debates sobre os temas e expressão das angústias através de depoimentos, falas ou por cartazes (FERNANDES, 2019). Durante o desenvolvimento das atividades, a pesquisadora percebeu a aproximação das internas com a biblioteca e relatou que as ações foram positivas, geraram discussões sobre os temas abordados, o que levou as internas que não frequentavam a biblioteca ao universo da literatura e de acolhimento (FERNANDES, 2019). A autora explica que a biblioteca pode ir além de organização e guarda, permitindo ser um espaço acolhedor, de encontros, experiências e de saberes (FERNANDES, 2019).

Na perspectiva de Fernandes (2019), além de organizar melhor o acervo, o bibliotecário na unidade prisional tem a função de desenvolver atividades culturais como saraus, contação de histórias, dentre outras atividades lúdicas que possam auxiliar na promoção da leitura e visibilidade da biblioteca. Fernandes (2019) finalizou sua pesquisa acreditando na mudança por meio do livro e da leitura, mesmo que seja pequena. Para ela, as internas podem ter uma oportunidade de mudar e assim passar para as próximas gerações da própria família a perspectiva da liberdade por meio da leitura.

E para finalizar os estudos sobre a biblioteca prisional, apresenta-se a dissertação da autora Amabile Costa sobre a constituição do acervo da biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis (SC), vinculada ao Complexo Penitenciário de Florianópolis, que além de examinar o acervo da biblioteca, apresentou a realidade e as particularidades dessa unidade prisional (COSTA, 2020). A autora explica que a pesquisa ocorreu no ano de 2019 por meio de um guia de observação e aplicação de questionário para profissionais da educação, agentes prisionais, estagiárias e supervisora da biblioteca (COSTA, 2020).

Durante a análise de dados identificou que as bibliotecas prisionais possuem particularidades e isso influencia os serviços prestados, pois algumas ações realizadas através da literatura, às vezes, não contemplam a realidade da unidade prisional, desencadeado pela inexistência de políticas de desenvolvimento de coleções (COSTA, 2020). Por isso, Costa (2020) nas suas considerações finais sugere algumas ações ou políticas voltadas para as bibliotecas prisionais, são elas: a parceria da biblioteca pública com o estabelecimento prisional para que os reeducandos após saírem do sistema prisional possam ter acesso à informação; a criação do cargo de bibliotecário no sistema prisional, no contexto Catarinense e dos Estado brasileiros; política de acesso à biblioteca; capacitação de funcionários; entre outras ações que possibilitem o desenvolvimento da biblioteca em ambientes prisionais.

As pesquisas científicas anteriormente apresentadas permitem acompanhar ações efetivas realizadas em bibliotecas prisionais e demandas por melhorias nesses ambientes de informação, que encontram respaldo nas elaborações teórico-conceituais do conceito de mediação da informação propostas por Almeida Júnior (2009) e Gomes (2016; 2020). Em outros termos, essas necessidades sustentam-se pela compreensão da importância de profissionais capacitados para implementação de bibliotecas prisionais com ambientes de informação propícios ao desenvolvimento de processos de mediação contemplando as

dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política da informação para benefício social, cultural e educativo dos reeducandos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, considerando o objetivo geral pretendido utilizou-se a articulação de dois métodos: o exploratório e o descritivo pautados por uma abordagem qualitativa para compreensão do tema. Conforme Creswell (2016), a pesquisa qualitativa objetiva explorar e entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a problemas sociais ou humanos, neste caso, investigar a relevância da biblioteca no ambiente prisional. Essa articulação entre métodos do tipo exploratório-descritiva, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 188), “[...] têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas”.

O método exploratório-descritivo foi operacionalizado pelas pesquisas bibliográfica e documental. No primeiro momento, foi realizado o levantamento bibliográfico nos meses de março e abril de 2022 no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES na área de conhecimento da Ciência da Informação, com o termo “Biblioteca prisional” sem delimitação de ano. Recuperou-se neste processo: uma (1) tese de doutorado (MONTEIRO, 2019) e três (3) dissertações de mestrado (CORREIA, 2019; FERNANDES, 2019 e COSTA, 2020). Para obter dados sobre os estabelecimentos prisionais foi realizada a pesquisa documental, buscando-se informações nos *sites* do Depen, da SENAPPEN e do Ministério da Justiça (BRASIL, 2019; 2021a; [2022]; 2023).

4 ANÁLISE DOS DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para análise e interpretação dos resultados, utilizou-se no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias o recorte estatístico sobre as atividades educacionais realizadas nos estabelecimentos prisionais nos períodos de julho a dezembro de 2021 e de janeiro a junho de 2022 (BRASIL, 2021a, [2022]).

No primeiro período, o sistema utiliza as nomenclaturas Remição pelo Estudo e Esporte e Atividades Complementares (BRASIL, 2021a). Neste, os registros indicavam no Brasil a existência de, aproximadamente, 670.714 internos e internas nos regimes

fechado, aberto, semiaberto, provisório, em tratamento ambulatorial e em medida de segurança (BRASIL, 2021a). Conforme apresentado na Figura 1, somente 61.135 internos participaram do benefício da Remição pelo Estudo e Esporte. Além disso, mesmo com um quantitativo significativo de 178.763 de participantes, as atividades complementares não são apresentadas e/ou detalhadas no levantamento.

Figura 1 – Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Depen em 2021.



Fonte: Brasil (2021a).

No segundo período, identificamos modificações na representação de informação no sistema, o layout/design foi alterado, mas as nomenclaturas utilizadas foram mantidas. Neste recorte, os registros indicavam no Brasil a existência de, aproximadamente, 654.704 internos e internas nos regimes fechado, aberto, semiaberto, provisório, em tratamento ambulatorial e em medida de segurança (BRASIL, [2022]). A Figura 2 apresenta um total de 105.381 internos que participavam do benefício da Remição pelo Estudo e Esporte, e 249.790 participantes das atividades complementares. As informações sobre as atividades complementares, novamente não são expostas de forma específica.

Figura 2 – Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Depen em 2022.

Fonte: Brasil ([2022]).

Na análise comparativa das informações disponibilizadas tratando dos dois períodos, verificamos a diminuição de 2,39% do total de internos (as) e o aumento de 42% de internos participantes da Remição pelo Estudo e Esporte. Em associação com as propostas do PET/SPF 2019-2023 (BRASIL, 2019) e as sistematizações da Coletânea de Realizações 2019-2022 do Departamento Penitenciário Nacional (BRASIL, 2022d) sustentamos a opacidade das informações referentes à participação das bibliotecas em atividades educacionais. Essa situação permanece no Planejamento Estratégico do Depen para o período 2022-2032, aprovado pela Portaria nº 139 de 11 de outubro de 2022, ao final do mandato de Jair Messias Bolsonaro (BRASIL, 2022c).

Neste planejamento apresentado pela Portaria nº 139, de 2022 prevê-se alguns resultados (art. 7º) relacionados à prevenção e integração social do condenado que demandam ações educativas (BRASIL, 2022c). Nos objetivos estratégicos, o Eixo I (art. 9º) dirigido ao sistema penitenciário propõe a assistência técnica e financeira para a educação, a saúde, o trabalho e a assistência social, dentre outros permitindo que ações possam ser viabilizadas em favor da biblioteca e das respectivas ações que permitiriam a produção de resultados preventivos e principalmente relacionados às garantias de maior efetividade dos processos e ações. O papel educativo da biblioteca e as ações de remição de pena pela leitura podem propiciar o fortalecimento e a ampliação dos mecanismos de

controle social, de garantia de direitos e de maior humanização da execução penal, conforme já previsto no Eixo II (art.9º) orientado à integração.

Quando também observamos a Nota Técnica n.º 8/2020 produzida pelo então Depen dirigida aos estados apresentando “[...] diretrizes quanto a aplicação dos valores transferidos pelo DEPEN na modalidade fundo a fundo, para fins de implementação de atividades educacionais, culturais e esportivas voltadas ao público do sistema prisional” (BRASIL, 2020, p. 1/5) podemos reconhecer uma vasta possibilidade de ações e orientações de investimentos acompanhadas de recomendações tratando de ações educativas e de remição de pena pela leitura. Essas diretrizes já estão autorizadas, no seu âmbito legal e incluem previsão orçamentária no Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), carecendo apenas de vontade política em sua implementação.

Identificamos também junto à metodologia do Sistema Penitenciário Federal o formulário que propicia a coleta de informações nos municípios brasileiros, denominado Formulário sobre informações prisionais (BRASIL, [2022]). Trata-se de um formulário com questões abertas, fechadas e estatísticas distribuídas em sete seções sobre: dados do estabelecimento, seções internas, administração penitenciária, população prisional e movimentação, perfil, ações de reintegração social/assistências e outros realizando a totalização do semestre. Surpreendentemente identificamos que na seção 2.5 Módulo Educação, a biblioteca é dimensionada quanto à sua existência em local específico, se há obras no acervo e a respectiva quantidade, sobre a origem do acervo (público, doação ou misto), se há controle do acervo ou bibliotecário no estabelecimento, se há manutenção permanente do acervo ou bibliotecário e qual a periodicidade de manutenção (diária, semanal, mensal ou sob demanda). Neste mesmo formulário tratando da leitura identificamos que a seção 6.3 dimensiona a quantidade de pessoas privadas de liberdade em atividade educacional, especificamente pessoas matriculadas em programa de remição pelo estudo através da leitura. Salientamos esta informação sob a compreensão de que os dados sobre a atuação da biblioteca prisional e as práticas de remição de pena pela leitura existem, porém não são privilegiados e apresentados.

A análise empreendida indicia que as ações de atualização do planejamento estratégico do Depen foram aprovadas com diversos erros de escrita e de formalização de respectivos termos legais. A Portaria nº 139, de 2022 situa-se como a quarta portaria publicada, numa sequência de outras três portarias anteriores (Brasil, 2021b, 2022a, 2022b) tratando do mesmo objeto com a finalidade de retificar, ao que parece, problemas

contínuos de redação, erros de escrita, de formalização de respectivos termos legais e de organização das informações sistematizadas, como por exemplo, a inclusão e exclusão da alínea f do art. 9º nas recursivas versões, num curto período de onze meses. Quatro portarias para se alcançar o resultado atualmente produzido pela Portaria nº 139, de 2022 e que ainda aparentemente, concorre e diverge, com os termos da Portaria GAB-Depen nº 103, de 2019, vigente até o do ano de 2023 (BRASIL, 2019, 2021b, 2022a, 2022b, 2022c).

O segundo aspecto a ser analisado é a indicação da Remição pelo Estudo e Esporte que, comparativamente aos dados especificados de alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e cursos profissionalizantes, integra aproximadamente 18,58% da população em atividade educacional, considerando os dados de 2021. As atividades complementares compõem, sem nenhuma especificação da natureza das ações, 54,30% dessa população atendida. Apesar do Brasil apresentar um Sistema Estatístico Nacional consolidado com um papel de destaque se comparado aos demais países da América Latina (GRACIOSO, 2003), ao observar-se a situação interna de órgãos de governo, percebe-se que ainda não compõe as práticas ou processos orientados à produção de estatísticas de qualidade, à disseminação para favorecimentos de estudos longitudinais, pesquisas acadêmicas e estudos de cenários ou dados para subsidiar a formulação de políticas.

Necessário pontuar que a Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021, que estabelece os procedimentos para o reconhecimento do direito à remição de pena, por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade, classifica dentre essas, a Remição pela leitura como uma atividade complementar às educacionais (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021). No entanto, conforme verificado nas Figuras 1 e 2, não há na representação de informações, sequer, a natureza da atividade ou o uso das bibliotecas nesses processos. À luz das questões levantadas relativas à quase invisibilidade ou opacidade de dados sobre as bibliotecas prisionais e sobre as ações de reintegração social podemos reafirmar que, o sistema prisional apresenta-se como um problema social, político, econômico e também informacional.

Diante disso, afirma-se que a estatística social, as normativas e as produções científicas são inscrições (LATOUR, 2006) que precisam ser interligadas para o (re) conhecimento de realidades periféricas, como a das bibliotecas prisionais. Nesse segundo

aspecto analisado, verifica-se o papel da ciência na disseminação de informações penitenciárias mais claras e precisas pelos órgãos competentes.

A implantação de políticas públicas no sistema prisional pode viabilizar a regulamentação de projetos voltados à remição de pena pela leitura para que os sujeitos sejam equitativamente contemplados com a oportunidade, viabilizada por um direito legalmente previsto, de remir a pena por meios educacionais. Neste processo, a biblioteca gerida por um profissional bibliotecário apresenta-se como um recurso potente a ser utilizado, estando, portanto, apta a assumir uma função para a qual já encontra-se, por natureza habilitada rumo à construção de uma consciência social (GARUTTI; OLIVEIRA, 2012). Além disso, passaria a ser representada e incluída nos relatórios publicizados por veículos de disseminação da informação, considerando sua relevância e centralidade no desenvolvimento social e humano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo evidenciou-se o papel da ciência no compartilhamento de informações acerca de usos efetivos da biblioteca prisional no Brasil como espaço de interação, conhecimento e cultura. As contribuições teórico-conceituais dos processos de mediação foram associadas aos agenciamentos sociais e tecnológicos bem como à aplicação de dispositivos e artefatos nos diálogos com as produções científicas da Ciência da Informação para identificar os usos e a importância das bibliotecas, percebidas como dispositivos, em ambientes prisionais. A problematização das questões sociais e informacionais na divulgação de dados sobre a realidade prisional foram constituídas a partir da análise do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Depen.

As intencionalidades desta pesquisa foram moduladas com o propósito de (re)conhecer a importância das pesquisas científicas sobre a biblioteca prisional no Brasil oriundas do campo científico da Ciência da Informação; como também dar visibilidade à falta/ausência e/ou omissão de dados nos sítios do Governo (âmbitos federal, estadual e municipal) sobre atividades ou ações realizadas nas unidades prisionais que utilizam livros ou a biblioteca. Esta ausência ou opacidade de dados é um fator crítico para o reconhecimento e materialização da atuação da biblioteca, pois não há informação sobre usos efetivos da biblioteca nestes levantamentos. Entende-se também que tal situação

pode (re)produzir a continuidade de restrições de acesso à informação aos leitores reeducandos.

Importante enfatizar que qualquer atividade realizada no sistema prisional tem acompanhamento de diferentes instâncias para que seja autorizada e efetivada. Portanto, não escapa do domínio e controle estatal. No entanto, os dados e informações produzidos para divulgação não são apresentados de forma específica, como por exemplo, detalhando a natureza das atividades complementares.

Sendo assim, como resultado indica-se a urgência de questionar-se a falta ou incompletude de dados apresentados nos documentos ou levantamentos sobre a população carcerária, principalmente aquelas relacionadas às atividades educacionais e também de enfatizar-se a relevância de estudos sobre esta temática. Em outros termos, cabe repensar o papel da ciência no enfrentamento das ausências e das opacidades de dados, o que pode ser amenizado com práticas de mediação e produção documentária de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119300> . Acesso em: 26 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm . Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: período de julho a dezembro de 2021a. Brasília, 2021. Disponível em: <https://encr.pw/F2wOz>. Acesso em: 2 maio 2022.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: janeiro a junho de 2022. Brasília, 2022. Disponível em: <https://encr.pw/XAPJF> . Acesso em: 4 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Portaria GAB-DEPEN nº 103, de 18 de fevereiro de 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/3349> . Acesso em: 13 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Nota Técnica nº 8/2020/COECE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/funpen-fundo-penitenciario-nacional/orientacoes-para-utilizacao-do-funpen.pdf> . Acesso em: 18 maio 2023.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: período de janeiro a junho de 2021a. Brasília, 2021. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNzFmZGFjM2ItNzQzOC00YWZkLTg5MTEtYTVhYTUyN2YxYWQ3IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9> . Acesso em: 2 maio 2022.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Portaria nº 139, de 11 de outubro de 2022**. Brasília, 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/depen-cria-politica-de-assistencia-as-vitimas-de-crime/portaria-no-139-de-11-de-outubro-de-2022.pdf> . Acesso em: 16 maio 2023.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Coletânea de realizações 2019-2022 DEPEN/MJSP**. Brasília, 2022d. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/depen-investiu-r-925-milhoes-em-obras-no-sistema-penitenciarios-ultimos-4-anos/coletanea-de-realizacoes-depen-do-depen-2019-2022.pdf/view> . Acesso em 15 maio 2023.

BRASIL. Secretaria nacional de Políticas Penais. **Sisdepen**: Dados estatísticos do Sistema Penitenciário. Brasília, ([2022]). Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen> . Acesso em: 12 maio de 2023.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Portaria nº 528, de 09 de dezembro de 2021**. Brasília, 2021b. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/5958> . Acesso em: 16 maio 2023.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Portaria nº 50, de 22 de março de 2022**. Brasília, 2022a. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/6347> . Acesso em: 16 maio 2023.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Portaria nº 54, de 22 de março de 2022**. Brasília, 2022b. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/6346> . Acesso em: 16 maio 2023.

BRASIL. Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1º jan. 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11348.htm . Acesso em: 17 maio 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução nº 391 de 10 de maio de 2021. **Agência CNJ de notícias**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original12500220210511609a7d7a4f8dc.pdf> . Acesso em: 30 maio 2022.

CORREIA, Gabriella Viroli Cavalcanti. **Remição da pena pela leitura**: a importância da biblioteca prisional. 2019. 94 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) - Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8016425 . Acesso em: 9 maio 2022.

COSTA, Amabile. **Constituição do acervo da biblioteca da penitenciária masculina de Florianópolis**: um estudo de caso. 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216645> . Acesso em: 9 maio 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

FERNANDES, Raquel Gonçalves da Silva de Araújo. **O estímulo à leitura em bibliotecas prisionais por meio do desenvolvimento de dinâmicas culturais**. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/12669> . Acesso em: 9 maio 2022.

GARUTTI, Selson; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. A prisão e o sistema penitenciário: uma visão histórica. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 2012, Maringá. **Anais [...]**. Maringá, UEM, 2012. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_o_ppe_2012/trabalhos/co_02/036.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. In: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida (org.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 91-107.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.30, n.4, p. 1-23, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047>. Acesso em: 29 maio 2022.

GRACIOSO, Luciana de Souza. Disseminação de informações estatísticas no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatística. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 69-76, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/MVxVhbFxFxjML7Gyg9sSdbyD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2022.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p.9-17.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p. 21-44.

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros. **Informação encarcerada: o jovem da "geração internet" e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no interior da prisão**. 2019. 245 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7878640. Acesso em: 2 maio 2022.

MORENO, Nádina Aparecida. **A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EARM-6ZCPUE/1/doutorado__n_dina_aparecida_moreno.pdf. Acesso em: 11 maio 2023.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. p. 47-96. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/001852077.pdf>. Acesso em: 30 maio 2022.

SÁNCHEZ, Alexandra; SIMAS, Luciana; DIUANA, Vilma; LAROUZE, Bernard. COVID-19 nas prisões: um desafio impossível para a saúde pública?, **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 36, 5, p.1-5, maio 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ThQ4BfjJYngFJxv8xHwKckg/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2022.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. O caráter implícito da mediação da informação. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 253-263, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/29249>. Acesso em: 26 maio 2022.